

BIBLIOTECAS, BIBLIOTECÁRIOS E LIVROS: UMA PEQUENA TRILOGIA SOBRE MATERIAIS, LUGARES E ATORES DO CONHECIMENTO

Giulia Crippa¹

HANSEN, João Adolfo. *O que é um livro?*. Cotia / São Paulo: Ateliê / Edições Sesc, 2019. Coleção Bibliofilia, v. 1; dirigida por Marisa Midori Deaecto e Plínio Martins Filho.

SORDET, Yann: *Da Argila à Nuvem: uma história dos catálogos de livros (II milênio – século XXI)*. Cotia / São Paulo: Ateliê / Edições Sesc, 2019. Coleção Bibliofilia, v. 2.

MELLOT, Michel: *A sabedoria do bibliotecário*. Cotia / São Paulo: Ateliê / Edições Sesc, 2019. Coleção Bibliofilia, v. 3.

A iniciativa editorial do Sesc e da editora Ateliê propicia um percurso sobre livro e bibliotecas bastante interessante em termos de divulgação para um público amplo, não necessariamente especializado nos temas. Trata-se de três pequenos livros que oferecem um percurso que, a partir da busca das possíveis definições de “livro”, enquanto objeto material e simbólico, prossegue para oferecer uma perspectiva sobre as ferramentas que, na história, se ocuparam de organizar esses livros e se encerra nas reflexões sobre aquele que, na história, tem sido o lugar privilegiado para sua conservação e disponibilização aos leitores: a biblioteca.

É curioso pensar nas bibliotecas, locais em que grande parte dos recursos de informação agora são alcançados pela Internet, como locais dedicados à conversação. Mas podem ser locais destinados à conversa e troca entre pessoas, nos quais, no entanto, se apresentam todas as vantagens de poder acessar o mar da informação online e nele ser guiado.

A era moderna é caracterizada por dois aspectos: multiculturalismo — ou seja, diversidade linguística, hábitos, costumes, passados — e desintermediação. As cadeias produtivas de bens e serviços falharam. Qualquer pessoa, graças à rede digital, acessibilidade a qualquer hora e de qualquer lugar, pode alcançar o que deseja. Multiculturalismo e desintermediação são duas oportunidades únicas na história da humanidade. Mas essas oportunidades incríveis exigem que a alfabetização seja aproveitada, para ser desfrutada, para permanecer assim e não se transformar em ameaça.

1 Professora associada do Departamento de Bens Culturais da Universidade de Bolonha (Itália). Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1999), e livre docente em Ciências da Informação pela mesma instituição (2012).

Porque, por mais intuitivos que sejam — em particular a desintermediação —, devem poder ser usados, saber ser “vistos”. E aqui não basta instinto, é preciso formação, conhecimento, alfabetização. A biblioteca tem uma função. Na biblioteca há conhecimento, antigo e moderno. Existem experiências, existem os Caronte, ou bibliotecários. E o primeiro dever da biblioteca é se libertar, se superar, evoluir.

Em primeiro lugar, revisando o sentido de conservação.

Hoje tudo é digital e tudo é digitalizado. Para que servem tantas caixas grandes com coisas?

Bibliotecas e seus guardiões-Carontes devem, em vez disso, contar e dar as boas-vindas.

Eles são os que permitem o movimento, nas idas e vindas, não no sentido elitista de guardiões do conhecimento, mas de compartilhadores, redatores, promotores.

A biblioteca é a guardiã da memória escrita de um território, de seu povo, de culturas. Pode educar, formar, proporcionar meios de acolher pessoas e grupos. Pode oferecer continuidade com o passado

A biblioteca representa, na sociedade contemporânea, um dos principais atores das políticas públicas voltadas para a produção da sustentabilidade, pois promove o bem-estar das pessoas por meio da ativação de uma rede territorial de serviços e oportunidades. A atividade da biblioteca deve ser pensada desde a promoção da leitura, instrumento de progresso e desenvolvimento da comunidade, de estratégia de combate ao analfabetismo e contra a marginalização, até o papel de apoio à aprendizagem ao longo da vida. Ela está no marco de políticas públicas mais amplas voltadas para o crescimento social e tem sido frequentemente observada pelos estudiosos em relação aos efeitos meritórios gerados na comunidade e aos objetivos de utilidade social que persegue.

A digitalização e as demandas da sociedade da informação estão mudando profundamente o papel, as funções e os conteúdos da biblioteca, de uma forma sem precedentes na história: não apenas pelas diferentes formas de preservação de documentos, possibilitadas pela digitalização e acesso à rede, mas sobretudo porque existe uma procura de novos serviços bibliotecários, novas necessidades de conhecimento e informação, diferentes formas de mediação e consulta de documentos, bem como um papel diferente do bibliotecário e uma relação distinta entre usuário e biblioteca, tanto que há vários anos falamos em biblioteca 2.0.

Nos últimos dez anos, houve uma mudança substancial no foco da biblioteca, do patrimônio do livro para os métodos de acesso aos recursos

documentais (sejam em papel ou digitais). A ênfase e a atenção mudaram dos métodos de organização das coleções para os métodos de mediação e comunicação; desde a posse de documentos ao acesso (ainda que remotamente) até os próprios documentos; desde a disponibilização de materiais documentais (devidamente mediados por atividades de apoio bibliográfico) até a prestação de serviços culturais e de referência mais articulados. Finalmente, a fisicalidade do “lugar” da biblioteca, em seus espaços e móveis, também ganhou uma nova e vital importância.

A principal função que a biblioteca sempre teve é a de centro de difusão e transferência de conhecimentos e promoção da leitura, bem como de apoio à formação da forma mais ampla possível.

O impacto social das bibliotecas pode ser enorme e, portanto, as bibliotecas devem ser entendidas não só como nodos do sistema cultural, mas também do sistema de previdência, lugares de inclusão e coesão social, úteis também e sobretudo para as camadas mais débeis da população.

Para o sucesso de uma biblioteca, a arquitetura do edifício, os espaços e o mobiliário que contém são tão fundamentais quanto os serviços oferecidos. Os edifícios das bibliotecas devem ser atraentes e confortáveis: devem ser locais especiais, onde seja agradável ir e entreter, fácil de usar, hospitaleiro. Esta é uma das principais razões pelas quais, em alguns países do Norte da Europa, o declínio progressivo no índice de empréstimos não corresponde a um declínio progressivo na frequência à biblioteca.

Mas o bibliotecário, esse barqueiro que leva os leitores aos lugares procurados, não é somente o guardião de uma arquitetura material, feita de muros que ladeiam espaços: ele é, em primeiro lugar, o arquiteto das comunidades que a biblioteca preside: através de sua sabedoria “funcional”, ele organiza o acesso aos materiais. São essas as premissas que regem o pequeno livro de Michel Melot, *A sabedoria do bibliotecário*, agora disponível em português pela coleção Bibliofilia, em uma operação editorial conjunta entre as Edições Sesc e a Ateliê Editorial.

Melot já foi conservador e, em seguida, diretor do gabinete de fotografias e estampas da Biblioteca Nacional de França. Foi, também, diretor da biblioteca do Centre Georges Pompidou. Um curriculum de respeito para conversar sobre bibliotecas e bibliotecários, seguindo uma trajetória que o levou a dirimir questões difíceis que, na pequena obra, sustentam seu projeto de biblioteca. De fato, encontrou-se responsável por resolver controvérsias relativas a materiais politicamente sensíveis que envolveram algumas bibliotecas francesas, nas quais os bibliotecários se posicionaram para que o acesso a tais materiais não fosse simplesmente permitido (trata-se de materiais produzidos e propostos pelas franjas mais extremistas da Frente Nacional, o partido da extrema-direita francesa).

A proposta de Melot para uma biblioteca e um bibliotecário capazes de “instruir” os usuários se desenrola a partir de uma tradição excelente, que remonta pelo menos ao século XVII e à postura proposta por Gabriel Naudé, quando da publicação do seu libelo *Advis pour dresser une bibliothèque*, em 1627, em que expõe um modelo ideal do que deveria ser uma biblioteca: trata-se de uma verdadeira enunciação programática da utilidade de uma biblioteca geral, em que se desenha um pensamento libertário, de matriz burguesa, que propõe um acesso “universal”, laico, ao conhecimento. É nessa linhagem que se insere Melot, quando discute o papel da biblioteca e do bibliotecário.

A leitura desse pequeno livro, assim, permite seguir um percurso que, através de anedotas históricas e contemporâneas, recupera não apenas os aspectos “práticos” e operacionais do trabalho bibliotecário num espaço material, mas sim, no limite, o retrato ideal das funções e dos princípios que deveriam reger a “arquitetura” das bibliotecas no mundo contemporâneo.

Melot nos aponta a figura do bibliotecário enquanto arquiteto, em uma referência ao trabalho de organizador da ordem das matérias. Para abordar essa questão, a mesma Coleção Bibliofilia oferece mais uma pequena obra, intitulada *Da argila à nuvem*, de Yann Sordet, bibliotecário e ex-diretor da Bibliothèque Sainte-Genève e da Bibliothèque Mazarin, além de se dedicar à docência de história do livro e das bibliotecas em várias instituições de ensino superior.

Nesse pequeno livro, Sordet oferece uma perspectiva sintética, porém clara, da história das práticas bibliográficas.

A bibliografia é mapa e índice da literatura, da ciência e da cultura enquanto atividade que se funda e se exprime por meio dos testemunhos documentários. É a evidência ordenada das notícias relativas a tudo que já foi escrito e, eventualmente, publicado ou reproduzido, independentemente da circunstância de ser acessível a todos ou a ninguém.

A natureza da bibliografia, que a caracteriza em sentido disciplinar e crítico, não se esgota no fato de ser uma enumeração de documentos ou de servir, assim, como esquema da realidade deles, mas deve servir também como mapa que pode ser consultado em relação àqueles documentos.

Além de construir um mapa ordenado daquelas características que especificam e substanciam os documentos, a bibliografia também deve poder ser percorrida por critérios de busca, e esses se refletem, em geral, tradicionalmente, nos autores, nas obras e nas edições.

A bibliografia, então, descrita por Sordet em suas formas de listas, catálogos e índices, é a mãe de todas as disciplinas que se ocupam de organizar e estruturar as comunicações escritas — passadas e de hoje, registradas e transmitidas.

Considerando que a bibliografia é, sobretudo, a organização do saber, isto é, representação do método no qual entra em jogo o andamento de cada exame do intelecto, esperamos que a proposta desse pequeno livro amplie cada vez mais o interesse para os temas bibliográficos, oferecidos, nessa tradução, sempre para um público amplo e não necessariamente especializado.

O último livro que compõe essa espécie de trilogia, na verdade o primeiro na ordem proposta, é sobre o grande protagonista do espaço das bibliotecas e dos fazeres bibliotecários: o livro. Esse pequeno texto de João Adolfo Hansen, que leva o singelo título de *O que é um livro?*, não busca uma definição que, conforme o parecer de muitos dos autores por ele citados, é bastante complexa, quando nos aventuramos além da definição da Unesco que, em 1964, alegava tratar-se de “um impresso não periódico de 48 páginas ou mais, excluindo as capas”. Hansen passeia, nesse texto, pela materialidade do livro a longo da história, bem como pelos gêneros e pelo valor diferente a eles atribuído, pela sua forma e pela sua circulação e apropriação, em uma síntese sólida dos principais estudiosos do livro conhecidos no Brasil, como Roger Chartier, Robert Darnton, Elizabeth Eisenstein, e, antes, Lucien Febvre e Donald McKenzie. Ao lado desses estudiosos da materialidade, da circulação e da apropriação do livro enquanto objeto, Hansen constrói seu discurso em volta do ato da leitura e da relação entre o autor e o leitor, nisso utilizando, como referencial, a chamada “Escola de Konstanz”, através de autores como Hans R. Jauss e Wolfgang Iser, e a ideia de que existe um “horizonte das expectativas”, por parte do leitor, em sua aproximação ao livro. É, talvez, o ponto mais delicado dessa “trilogia”, pois o autor escolhe adentrar nas questões da leitura, e o faz restringindo essa prática unicamente à ideia de livro mais tradicional. Nesse sentido, ao invés de ampliar o horizonte sobre o ato da leitura, acaba limitando a perspectiva sobre a riqueza da leitura e o universo dos leitores, hoje já identificados em práticas muito mais amplas do que as ligadas apenas ao livro. Basicamente, o autor, na segunda parte de seu texto, acaba identificando o livro com o conteúdo, enquanto a figura do leitor se molda, nessa parte, cada vez mais, na imagem do erudito. Apesar desse elemento que remete ao mundo elitista da leitura mais acadêmica, o texto completa esse circuito em que bibliotecas, afazeres bibliotecários e matéria-prima adquirem as feições de um percurso histórico e de uma permanência em nosso cotidiano ainda vivos e atuais. Nesse sentido, nossa sugestão deixar o livro de Hansen por último, na leitura dessa trilogia — apesar de aparecer, na Coleção Bibliofilia, como o primeiro volume publicado —, exatamente por abordar questões mais complexas ligadas especificamente ao ato de apropriação do leitor, mais que ao livro em si, enquanto suporte material capaz de fornecer conhecimento, por sua forma e seus elementos paratextuais.